



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639308 - RJ (2021/0006637-0)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : THIAGO LOPES SAAR  
**ADVOGADO** : THIAGO LOPES SAAR - RJ181065  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : M F E S (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de M. F. E. S. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Processo n. 00393379320208190000).

O paciente foi preso em 15/6/2020, pela suposta prática dos delitos previstos nos art. 217-A, c/c o art. 226, II, por diversas vezes, na forma do art. 71 do Código Penal, com os consectários da Lei n. 8.072/90.

O impetrante sustenta que a prisão do paciente se deu de forma ilegal, sendo nula de pleno direito, uma vez que o cumprimento de mandado de prisão ocorreu com violação de garantia constitucional e inviolabilidade de domicílio. Alega, ainda, ausência de fundamentação idônea da decisão que não concedeu a liberdade provisória ao paciente, bem como a inexistência dos pressupostos para decretação da prisão preventiva, dispostos no art. 312 do Código de Processo Penal, sendo suficiente a aplicação das medidas cautelares substitutivas da prisão. Defende que estão presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, aptos a ensejar à concessão da liminar.

Requer, liminarmente, a concessão da medida de urgência para que seja relaxada a prisão do paciente, ou, alternativamente, conceder-lhe liberdade provisória, ou ainda, para substituir sua prisão por medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, até a decisão final deste Writ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente